



# Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB – 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Jensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 114.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1993  
(SEGUNDA-FEIRA)

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 670/93, Mens. 080/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar para o Plano de Aplicação do Fundo Penitenciário.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 667/93, Mens. 081/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Multas Aplicadas nas Legislações de Trânsito DER.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 673/93, Mens. 082/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar a Secretaria de Estado da Administração.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 674/93, Mens. 083/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Faculdade de Direito do Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix e Rossoni (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Ademair Traiano, Alceu Swarowski, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Djalma de Almeida César, João Preis, Júlio Bifon, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Toti Colaço e Valderi Mendes Vilela (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N° 4520

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ponta Grossa no dia 22 do corrente.

Para tanto, comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente requer as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

nário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 672/93, Mens. 084/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 4516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 671/93, Mens. 080/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à SUCEAM.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 4517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 669/93, Mens. 086/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar ao Orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 4518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 668/93, Mens. 088/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 4519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 666/93, Mens. 089/93, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Reajuste do Funcionário para 01.11.93 em 30%.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 4585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO N° 4524

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Horácio Sabino Coimbra, Presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel e ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café - IBC, ocorrido em 20.11.93.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(aa) DIRCEU MANFRINATO

EMILIA BELINATI

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO N° 4483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Bituruna, pela passagem do seu 38º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Lauro Agostini, ao vice-Prefeito Senhor Avelino Roveda e a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem toda a população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 22.11.93

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 14 de dezembro, Bituruna irá comemorar seus 38 anos de emancipação política.

Temos certeza que o atual Prefeito não mede esforços para conduzir da melhor maneira possível os destinos de Bituruna, colocando em prática uma série de programas que beneficiarão toda a população laboriosa do Município que depositou inteira confiança em seu Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores que compõem o atual Legislativo Municipal.

É portanto na data significativa que

marca seu 38º aniversário, que toda a população é credora de nossa homenagem e reconhecimento.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo já conquistou com muita dedicação ao trabalho e o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se tornará em realidade.

A este contentamento da população de Bituruna, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através do Deputado, se associa como representante do povo, certo de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol do progresso cada vez mais crescente do Município.

REQUERIMENTO Nº 4487

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à TELEPAR, pela comemoração de seu 30º aniversário.

A Telecomunicações do Paraná S/A, faz esta semana comemorações alusivas ao seu aniversário, comemorando 30 anos de eficácia e pronto atendimento aos milhões de usuários das linhas telefônicas no Paraná.

Desejamos que a TELEPAR, continue a desempenhar suas funções com grande sucesso, como o faz até o momento.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à TELEPAR, em nome de seu Diretor-Presidente, Sr. Paulo Roberto Cordeiro, aos funcionários e demais pessoas que estejam ligadas ao desempenho da TELEPAR.

Sala das Sessões, em 22.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 4510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pela comemoração dos "50 anos" da República do Líbano.

Sala das Sessões, em 22.11.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os momentos de paz, surgidos em cada pedaço de terra, existe sempre uma reflexão. Seja onde for, nada substitui a tranquilidade de um povo, seja qual for a sua nacionalidade. Isso, faz parte da vida humana.

Líbano - gente sofrida, mas ativa, com muita psicologia para enfrentar as questões religiosas, de todos os lados.

As dificuldades que fizeram a independência dessa Nação, foram inúmeras; Muito sangue derramado. Muitas famílias enluta-

Curitiba, segunda, em 22.11.93

das.

O relato dos percalços desse povo-irmão foram muitos, alguns trazidos em narrativas - através dos livros - outros fatos contados com lágrimas nos olhos pelos sobreviventes e transmitidos através das várias gerações que se sucedem.

Em toda a extensão territorial brasileira, é grande o número de descendentes libaneses, e Paranaguá não foge à regra, onde centenas de moradores estão vinculados a essa nacionalidade. Por essa razão e outras mais, solicitamos um voto de congratulações nessa data, pelos 50 anos da República do Líbano, que pedimos seja comunicado ao Cônsul Charbel Aoun, à Avenida Paulista, 688 - 16º andar - CEP: 01310-909 - São Paulo - SP, e ao Presidente da Colônia Sírio-Libanesa em Paranaguá, Senhor Mohamed H. Hamud, à Rua Des. Hugo Simas, 298, CEP 83.203-520 - Paranaguá/Pr, e ao Vereador da Câmara Municipal de Paranaguá, Senhor Abdul Kadri, à Rua Visconde de Nacar, 728 - CEP: 83.203 - 430 - Paranaguá-PR.

REQUERIMENTO Nº 4505

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, voto de muito louvor, muito aplauso e congratulações ao empresário Ivo Gelinski, empossado como vice-Presidente na Diretoria do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Paranaguá, em solenidade realizada no último dia 28 de outubro passado.

É um grande empresário, de muita liderança, juiz classista na cidade e sua eleição se deve ao grande e valioso trabalho que desenvolveu em benefício de sua classe.

Sala das Sessões, em 22.11.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4507

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de louvor e congratulações ao empresário de Paranaguá, Nasser Hamoud, que dia 28 de outubro passado, foi empossado como Diretor do Sindicato dos Lojistas do Comércio daquela cidade, em concorrida solenidade.

Trata-se de um empresário de muito prestígio em sua comunidade, com larga experiência na vida empresarial e que integra a diretoria do seu Sindicato de Classe mercê de sua popularidade.

Esta Casa se associa ao evento e igualmente registra suas congratulações a este grande líder empresarial parnanguara!

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4506

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de aplauso, de louvor e de muitas congratulações ao empresário Amauri Santos Gomes, Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Paranaguá, empossado nesta função no último dia 28 de outubro passado.

Trata-se de pessoa de muito destaque em sua comunidade e foi reconduzido na presidência da Entidade Classista Patronal como reconhecimento de seu trabalho.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de moção ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Itamar Franco, ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, Normam de Paula Arruda Filho, e ao Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba, Senhor Roberto Von Der Osten, manifestando que posiciona-se pela preservação da Caixa Econômica Federal (CEF) como banco público e propõe medidas para melhorar o desempenho da Empresa, redirecionando os seus investimentos para as camadas mais carentes da população brasileira (financiamento de habitação popular, saneamento básico, educação, cultura, esportes, meio ambiente e outros de cunho social).

Para cumprir este importante papel, a CEF deve ser mantida e aprimorada como Banco Comercial - e com os mesmos espaços de atuação concedidos aos bancos privados - e como Banco Social, gestor e operador de recursos próprios, da União e dos Fundos e Programas Sociais.

A CEF QUE A POPULAÇÃO PRECISA.

Não será com o fechamento de agências, esvaziamento de operações, redução do número, já insuficiente, de empregados e cortes no orçamento, que a CEF poderá melhor desempenhar suas funções. Todos os setores sociais democráticos, comprometidos com a melhoria de vida de nosso povo, têm que resistir às atuais medidas de extinção total ou parcial da Empresa e apresentar à sociedade e ao Governo, um Projeto Alternativo ao que está sendo ditado

pelos banqueiros nacionais e internacionais, interessados no espaço que a CEF ocupa no mercado financeiro.

Apresentamos aqui algumas propostas para a preservação, democratização e fortalecimento da CEF, as quais desejamos debater e complementar com todos quantos estejam interessados na defesa dos patrimônios que pertencem ao povo deste País, ameaçados pelo chamado "neo-liberalismo".

PROPOSTAS PARA A CEF

\* Manutenção da CEF como banco público, de atuação múltipla no mercado financeiro e como agente gestor/operador de recursos destinados a investimentos sociais (FGTS, PIS, Loterias, Penhor, Poupança, etc).

\* Preservação da atual rede de agências, com vistas a sua ampliação, objetivando a ocupação de maior espaço no mercado e no atendimento de mais comunidades, com os serviços e as linhas de crédito da CEF.

\* Apuração e divulgação urgentes dos resultados de todas as operações exercidas pela CEF, seus créditos, suas dívidas e as verdadeiras causas destes resultados.

\* Exigências ao Governo de um cronograma preciso e o mais curto possível para pagamento dos débitos da União com a CEF, o mesmo se aplicando aos Estados e Municípios.

\* Cobrança, inclusive, por execuções judiciais, de todos os grandes devedores da Empresa, com maior rigor aos que dela tomarem recursos para fins pessoais ou para aplicação em projetos que não se comprovaram de utilidade social, divulgação dos nomes destes devedores.

\* Exoneração imediata dos diretores José Lindoso, Edgar D'Avila e Eugênio Alano, acusados de envolvimento com esquema Collor/PC.

\* Apuração, divulgação e punição de todos os responsáveis por danos à CEF e aos Fundos por ela administrados, com abertura de inquéritos administrativos e judiciais.

\* Contratação imediata dos aprovados no Concurso Público da CEF, realizados em 1988.

\* Imediata abertura de Concurso Público para provimento das milhares de vagas existentes, acabando-se com a contratação ilegal e exploradora de mão-de-obra "temporária" (terceirização) e com os falsos estágios de estudantes na Empresa.

\* Criação do Quadro Auxiliar para Digitadores com a realização de Concurso Público para todos que comprovadamente exerçam a função com carteira assinada por mais de um ano, para que se dê a oportunidade "aos que hoje trabalham como contratados".

\* Maior investimento na modernização

tecnológica e organizacional da CEF e no desenvolvimento de seus recursos humanos; criação de canais efetivos e permanentes de participação dos empregados nas decisões administrativas cotidianas e na formulação de planos e metas.

\* Democratização da administração da CEF, através da eleição de sua diretoria, reformulação do Conselho de Administração e criação de um Conselho Fiscalizador, com a participação decisiva do corpo funcional da Empresa, de entidades sindicais e associativas, do Movimento Popular e do Governo Federal.

\* Criação de fóruns regionais, de caráter consultivo e fiscalizador, para acompanhamento da atuação da CEF nos Estados e Municípios.

#### Propostas Relativas ao FGTS.

O Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS - criado em 1967, em substituição ao sistema de indenização ao trabalhador demitido e para financiar habitação popular, encontra-se hoje na mira de fogo de empresários e Governo. Ao invés de combaterem dívidas e combaterem a sonegação do Fundo, apontando para a democratização de sua gestão e fiscalização, querem acabar com mais um patrimônio dos trabalhadores.

Entendemos que as medidas em estudo no Governo devem ser combatidas, construindo-se uma forte mobilização pelas seguintes propostas básicas:

- Ampliação da representatividade dos trabalhadores no Conselho Curador.

- Recondução da CEF a órgãos gestor do FGTS.

- Atribuição de competência a CEF para fiscalizar a arrecadação do FGTS de cobrar, administrativa e judicialmente, seus devedores.

- Atribuição a Auditores da CEF, vinculados ao Conselho Curador, de responsabilidade na fiscalização das aplicações dos recursos do FGTS.

- Estabelecimento de responsabilidade civil e criminal das autoridades da CEF e do Ministério da Ação Social, pelas irregularidades cometidas na administração do Fundo.

- Aumento da remuneração do FGTS, equiparando-o à poupança.

#### DEFESA DA CEF E DAS ESTATAIS:

##### ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO.

Propomos a articulação imediata de um amplo Movimento de Defesa, Democratização e Fortalecimento da CEF - que nós assinantes deste manifesto nos dispomos a impulsionar -, o qual deverá contar com a divulgação e participação dos funcionários, suas entidades sindicais e associativas e outras direta ou indiretamente interessadas em que a Empresa cumpra suas funções sociais, com transparência e democracia.

Curitiba, segunda, em 22.11.93

Não basta e não há condições de se tratar da CEF, ou de qualquer outra estatal, isoladamente, num contexto de ofensiva privatizante, generalizada e orquestrada por poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais, em readequação de posições (maior monopolização de empresa e recursos e concentração de renda para uma minoria ainda mais reduzida, apesar dos discursos em sentido contrário). Por isso, propomos também, a formação de um Movimento em Defesa das Estatais e que, as Centrais Sindicais, Sindicatos e Associações devem organizar com urgência.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 4523

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, depois, de ouvir o soberano Plenário, que a mesma oficie ao Tribunal Regional Eleitoral, solicitação no sentido de serem criados mais postos de distribuição e substituição dos novos títulos eleitorais.

Sala das Sessões, em 22.11.93

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

Ao constataremos as enormes filas e as dificuldades para serem entregues os novos títulos de eleitor, achamos que se torna necessária uma ampliação dos postos de distribuição dos referidos títulos e o estudo de uma metodologia mais dinâmica para esta finalidade, a ser estudada e estabelecida pelo Tribunal Regional Eleitoral.

#### REQUERIMENTO N° 4486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, conforme solicitação do Colégio Estadual Professor Eugênio Garmatz - Ensino de 1° e 2° Graus, do Município de Palotina, seja oficiada manifestação esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à FUNDEPAR com o objetivo de auxiliar esta instituição escolar para aquisição de equipamentos para formar um laboratório de Química, Física e Biologia.

Sala das Sessões, em 22.11.93

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Colégio Professor Eugênio Garmatz necessita para melhorar o atendimento aos seus alunos da aquisição destes aparelhos, cujo objetivo maior é o aperfeiçoamento e qualificação do ensino tão necessário para o desenvolvimento do nosso País. Cabe ao Governo do Estado viabilizar o atendimento destas escolas a fim de que possam acompa-

REQUERIMENTO N° 4488

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Diretor Geral do IPE, solicitando que sejam estendidos os benefícios (Convênios com hospitais, laboratórios, médicos e dentistas), para o IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, Pólo Regional de Ponta Grossa.

Os benefícios acima citados, já foram cedidos para Curitiba e Londrina, e com base neste fato e em outros de interesse dos contribuintes deste órgão é que se faz esta solicitação.

Em anexo, cópia do abaixo-assinado dos funcionários do IAPAR, fazendo esta solicitação.

Sala das Sessões, em 22.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4490

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4491

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4492

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Mu-

nicipio de Vitorino.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4493

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Marmeleiro.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4494

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4495

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4496

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4497



Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Figueira.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4498

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4499

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Flor da Serra do Sul.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4500

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Pinhalão.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4501

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após mani-

Curitiba, segunda, em 22.11.93

festação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Jaboti.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4502

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Conselheiro Marink.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4503

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4504

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Pavilhões para Incubadora Industrial, o Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, reiterando o pedido no sentido que a localidade



de Superagüi, no Município de Guaraqueçaba, tenha um médico em caráter permanente.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade de Superagüi, tem aproximadamente entre 800 a 1000 habitantes, entre adultos e crianças.

Registra-se que, a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, não tem condições em seu Orçamento, de manter uma assistência médica periódica, e o mini-posto de saúde existente, fica permanentemente fechado, abrindo somente, quando existe uma campanha de nível nacional de vacinações. Isso é lamentável.

Também, segundo as reclamações chegadas ao nosso Gabinete, a população do Superagüi - que faz parte do Estado do Paraná - não tem no seu posto de saúde, nenhuma medicação. Fato difícil de acreditar.

O Governador Roberto Requião diz, e disso tem conhecimento o Prefeito de Guaraqueçaba, o Presidente da Câmara que: "Aqui o Brasil está dando certo", no entanto o Superagüi não tem médico e tampouco medicamentos. Queremos confiar no Governo.

Diante desses fatos, e como no mês de maio, já comunicamos o fato ao titular da Pasta da Saúde Pública do Governo, é que pedimos seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando o pedido feito anteriormente da designação de um médico para Superagüi, no Município de Guaraqueçaba, e ainda a doação de medicamentos.

#### REQUERIMENTO N° 4509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado, reiterando a solicitação da construção de um posto policial, na localidade de Tagaçaba de Cima, Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo o Governador Roberto Requião, o Governo Estadual está levando Segurança a todos os municípios do Paraná, e isso é mostrado diariamente na televisão, através dos clips produzidos para a mídia, onde milhares e milhares de pessoas assistem. Uma excelente produção jornalística.

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, e o Presidente da Câmara Municipal do mesmo Município sabem disso, pois integram a linha governista.

No entanto, os mais de 300 moradores

da localidade de Tagaçaba de Cima, no Município de Guaraqueçaba, através das Famílias: Gomes, Bertolace, Do Carmo, Dutra, Almeida, Dias, Lima, Rocha, Strauss, Ferreira, Rodrigues e tantas outras famílias ficam aborrecidas, pois sabem que a "propaganda" do Governo não reflete a realidade dos fatos.

Eles não têm nenhuma proteção policial, não recebem nenhum tipo de segurança, e são brasileiros e paranaenses, alguns deles, somente conhecem policiais através de TV, ou mesmo dos programas das rádios e nunca viram a figura do homem que preserva a lei, e que é pago para atendê-los.

Será que assim, "aqui o Brasil está dando certo?", pois Tagaçaba de Cima, é Guaraqueçaba, portanto Paraná, Brasil.

Nesse sentido, solicitamos que seja reiterado o expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, solicitando um posto policial para a localidade de Tagaçaba de Cima, no Município de Guaraqueçaba.

#### REQUERIMENTO N° 4522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Senhor Mário Pereira, Secretário Estadual de Transportes, solicitando:

1. Na atual administração (1990-1993), quantos contratos foram assinados entre a APPA e empresas prestadoras de serviços para trabalharem nos portos de Paranaguá e Antonina?

2. Quais são as empresas, a data de assinatura do contrato, a finalidade e o montante em cruzeiros de cada contrato, respectivamente?

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 4551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais desta Casa, de artigo do Senhor Secretário Nizan Pereira, com o Título de "Expulsão para os larâpios, já".

Sala das Sessões, em 22.11.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo expediente, nem oradores no Pequeno e Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Só gos-

taria de registrar a presença do companheiro Prefeito de Cafezal do Sul, Moisés Mendes; dos Vereadores Luiz Antônio e José Mário, que são do PMDB de Cafezal do Sul, nossos companheiros.

Estamos muito satisfeitos pelas suas visitas, aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado, nobre Deputado.

Pela ordem, concedemos a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhores Deputados.

Na semana passada incorri em erro e levei também a erro vários Líderes das diversas Bancadas com assento nesta Casa, quando encaminhei à Mesa da Assembléia Legislativa um Requerimento convidando o Senhor Secretário da Fazenda para vir prestar esclarecimentos a respeito da venda das ações da COPEL.

Ocorre, Senhor Presidente, que o Senhor Secretário da Fazenda não tem nenhuma ingerência sobre os assuntos relativos à COPEL, cuja área de influência não lhe está afeta. Mas, mesmo assim, o Doutor Heron Arzua, que goza nesta Casa de alto conceito e respeitabilidade, pela maneira com que conduz as finanças do Estado e pela sinceridade com que se manifesta neste Plenário e nesta Casa, quando convidado, em razão deste engano meu, quero pedir a Vossa Excelência, como Presidente, que torne sem efeito o pedido de convite ao Senhor Secretário da Fazenda - porque já o fiz pessoalmente - em se tratando de pessoa que deve merecer a melhor consideração e o melhor respeito de todos os Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrada a solicitação de Vossa Excelência.

No Horário das Lideranças, com a palavra, o Doutor Rosinha, usando do Horário da Liderança do PT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O que me traz a esta tribuna, novamente, é a questão da TELEPAR e que, como fui um dos primeiros Parlamentares - aliás, o primeiro - a usar desta tribuna para dizer que na TELEPAR havia irregularidade, é obrigação deste Parlamentar, também, trazer aos Senhores Deputados, fatos que vão surgindo no dia-a-dia daquela Estatal.

Há cerca de 10 dias estive nesta tribuna dizendo que um dos empresários tinha feito um protesto em frente daquela empresa, porque não suportava mais pagar para "caixinhas". Este empresário deu um depoimento junto ao Ministério Público Fede-

Curitiba, segunda, em 22.11.93

ral, que qualquer um dos Senhores Deputados pode obter cópia, inclusive tenho uma comigo.

Na ocasião em que aqui usei da palavra, denunciando algumas irregularidades, os trabalhadores, mais especificamente a direção do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Estado do Paraná - SINTEL, dei entrada em um documento, também, junto ao Tribunal de Contas da União, e o Tribunal, na data da Sessão do dia 27 de outubro passado, deu o voto a respeito de algumas daquelas irregularidades que nós, aqui denunciávamos. Gostaria de ler o que o Tribunal definiu, em voto. Diz (Lê):

"8.DECISÃO: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator,

D E C I D E:

8.1 - conhecer da presente denúncia para determinar à Telecomunicações do Paraná S/A a imediata sustação da subcontratação à empresa PHONESUL - Comercialização de Equipamentos e Terminais Telefônicos Ltda., nos termos do art. 45, da Lei nº 8.443/92, face as irregularidades indicadas nos autos, especialmente os reajustes aplicados na comercialização dos terminais telefônicos, que vêm acarretando prejuízos à população que poderia se utilizar desses serviços, bem como a falta de comprovação de capacidade técnica pela mencionada empresa;

8.2 - determinar audiência prévia do Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da TELEPAR, bem como de toda a Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa, nos exercícios de 1992 e 1993, para apresentarem razões de justificativa quanto às irregularidades referentes à compra de dois prédios com preços acima do mercado e à reforma do prédio da Telefonia Celular, sem licitação (alíneas "b" e "c" do § 4º do Relatório/Voto do Relator);

8.3 - enviar cópia do inteiro teor desta Decisão, do Relatório/Voto que a fundamentam, bem como do Relatório de Inspeção Ordinária realizado pela IRCE/PR (fls. 164 a 178), à Procuradoria da República do Paraná, conforme solicitado no Ofício nº 646/93 - CODID (fls. 238/239);

8.4 - levar ao conhecimento do SINTEL/PR o inteiro teor desta Decisão e do Relatório/Voto que a fundamentam; e

8.5 - cancelar a chancela de sigiloso que recai sobre este processo (§ 1º do art. 209 - RI - TCU).

9. Ata nº 35/93 - Plenário

10. Data da Sessão: 27/10/1993 - Extraordinária de caráter reservado.

(aa) PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA  
Ministro-Relator

CARLOS ÁTILO ÁLVARES DA SILVA  
Presidente

Portanto, Senhores Deputados, será feita audiência e auditoria na compra de prédios e suspenso já, imediatamente, a contratação da PHONESUL, como empresa para comercializar os telefones; que foram duas das denúncias das quais fui o portador desta tribuna, e que agora o Tribunal de Contas já está decidindo em cima.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento)

Senhor Deputado, quando da denúncia de Vossa Excelência sobre a manifestação feita por um dos empreiteiros da TELEPAR, logo a seguir via defesa feita pelo Presidente Paulo Roberto Cordeiro através da televisão. Só quero situar-me neste fato, a respeito da renovação do contrato, onde a TELEPAR estava pleiteando, e pleiteou, e teve a concordância de todos os empreiteiros numa redução de 12% sobre os contratos anteriormente em vigência.

Até achei estranho este comportamento, mas agora recentemente, não faz muito tempo - é uma redundância, mas para bem frisar - a Secretaria de Transportes do Paraná ao renovar, ao enviar nova ordem de serviço para o reinício das obras da duplicação da estrada Curitiba/Garuva, exigiu da firma "Tibagi", uma redução de 7% do valor global da obra.

Então, fica no ar também a mesma pergunta: se o critério foi o mesmo, foi de aliviar os cofres públicos, ou se teria outra intenção? De modo que acredito ainda na boa intenção dos nossos governantes. Mas quero dizer que o mesmo comportamento tido pela TELEPAR teve também a Secretaria de Transportes ao renovar um contrato que estava interrompido por inadimplência do próprio Governo do Estado, que não tendo recursos do Governo Federal, não teve como continuar a obra da duplicação, que será objeto naturalmente de outro comentário e não desse. Então, o mesmo recurso usado pela TELEPAR foi usado também pela Secretaria de Transportes, no caso da empresa "Tibagi" para a duplicação da estrada Garuva/Curitiba.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência, e a respeito disso conversei com o empresário, ele disse que se o desconto fosse para existir como se diz que exigia, ele concordava. Mas ocorre que ele não concordou, não era bem isso, esses 12% não era bem o desconto, ele ia para a caixinha, mantinha-se o preço oficial e desviava essa diferença de 12%.

Foi isso que o empresário nos informou, inclusive, no depoimento dele, ele deixa claro em vários momentos, da contribuição que dava para a caixinha eleitoral,

citando os nomes dos Deputados na Promotoria Pública. É lógico que se lá ele mentiu, cabe a ele ir responder pelo crime de mais este fato. Agora, não acredito que um empresário que se sentia forçado a pagar uma caixinha, que isto é um crime, ele incorria num crime, que ele vá mentir para incorrer em dois crimes, o mesmo empresário. Eu não o conheço. Não estou aqui defendendo, mas eu acho que seria assim uma, chamaria até de uma burrice mentir num momento desses, grave e sério, podendo responder por mais um processo.

Mas quanto à questão do Tribunal de Contas, já está selada a decisão do Tribunal de Contas, no que diz respeito a uma parte daquelas denúncias de que eu fui portador desta tribuna.

Quanto ao que Vossa Excelência citou, eu acho que cabe a nós verificarmos se está ocorrendo ou não e em que razão e que sentido está tomando isto. Se for para economizar, tem o nosso apoio. Se for para desviar também não o terá.

Muito obrigado pela atenção dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Horário das Lideranças:  
PL, PDT, PMDB, PSDB, PTB.  
(Todos declinaram)

PFL. Com a palavra o Senhor Deputado Elío Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Nós queríamos nos inscrever no Grande Expediente, na Sessão de hoje, mas diante da inscrição do Deputado Oswaldo Trevisan e que não se fez presente no momento, nós faremos a nossa manifestação no espaço da Liderança do PFL e já solicitamos à Mesa a nossa inscrição no dia de amanhã no Grande Expediente, para que nós daqui da tribuna pudéssemos fazer um relato mais amplo, daquilo que envolve quase 6 dezenas de municípios do nosso Estado, que é a questão do ICMS gerado pelas hidrelétricas instaladas em nosso Estado e por que não dizer também, de todos os municípios impactados no nosso Brasil, por usinas hidrelétricas?

Mas eu não podia deixar passar em branco na Sessão de hoje, de transmitir aos Senhores Deputados, de transmitir à imprensa aqui presente, de transmitir à sociedade do Paraná, a vitória que os municípios lindeiros ao lado de Itaipu obtiveram no último dia 19, sexta-feira, no Supremo Tribunal da Justiça, em Brasília.

Eu disse, há questão de duas semanas atrás, fiz desta Tribuna, no Pequeno Expediente, e usando também o espaço da Liderança do PFL, um relato sobre a situação em que se encontravam os municípios e principalmente da Receita "per capita" dos

principais municípios do Estado do Paraná em relação ao ICMS. E no dia 26 de abril deste ano voltamos a frisar mais uma vez, quando a Assembléia Legislativa do nosso Estado negava aos municípios lindeiros ao lado de Itaipu e por extensão a todos os municípios energéticos do nosso Estado, o direito de receber o ICMS gerado pelas hidrelétricas.

O Tribunal de Justiça, no último dia 19, sexta-feira, o Ministro Humberto Gomes de Barros cede a liminar para os municípios lindeiros e nós rapidamente gostaríamos de ler esta decisão. A petição é 564-9 - Relator: o Excelentíssimo Senhor Ministro Humberto Gomes de Barros; Requerente: Município de Diamante D'Oeste e outros; Requerido: Município de Foz do Iguaçu; Advogado: e abre-se aspas agora, brilhante tributarista do nosso Estado, que sozinho entrou com a petição no Supremo, sem ajuda de nenhum outro advogado de renome do Brasil. Conseguiu, o Dr. Olimpio Guernieri Filho, esta liminar em favor dos municípios lindeiros ao Lago de ITAIPU.

Decisão.

Os Municípios de Diamante D'Oeste

#### DECISÃO

e vários litisconsortes pedem medida cautelar, consistente em se outorgar efeito suspensivo ao recurso especial 38.344-7/PR, de que sou relator.

O apelo cujos efeitos se pretende ampliar desafia V. Acórdão do C. Tribunal de Justiça do Paraná que reservou, com exclusividade, a Foz do Iguaçu, a parcela reservada aos municípios, da arrecadação de ICMS, proveniente do fornecimento de energia gerada pela hidroelétrica de ITAIPU.

A pretensão cautelar monta-se nos argumentos de que a execução imediata do Arresto, conduzirá as comunas requerentes, à inviabilidade administrativa e ao caos social.

No que toca à aparência de bom direito, reporta-se às razões do recurso e à circunstância de que ele foi aprovado no Juízo de admissibilidade.

O exame dos autos em que se desenvolve o Recurso Especial, levou-me à convicção de que a execução imediata do Arresto sob desafio do recurso especial, acarretaria dolorosas consequências sociais.

Aliás, o Eminentíssimo Desembargador Ronald Accioly, Presidente do Tribunal a quo, no exercício do juízo de admissibilidade manifesta preocupação com tais consequências.

No exercício da competência que me confere o art. 800, parágrafo único do Código de Processo Civil, confiro, liminar e provisoriamente, efeito suspensivo ao Recurso Especial 38.344-7/PR.

Cite-se o Município de Foz do Iguaçu.

Curitiba, segunda, em 22.11.93

Intimem-se o E. Tribunal de Justiça do Paraná e o Meritíssimo Juiz da 4.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba.

Publique-se.

Brasília, 19 de novembro de 1993.

(a) MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS  
Relator"

Esta é a liminar que foi concedida aos municípios. Temos uma vasta documentação, como já disse no começo. No dia de amanhã iremos fazer um histórico mais detalhado para demonstrar para o Paraná que acima da Justiça se fez justiça social com os nossos municípios. Não é concebível, e assim entendeu o Ministro do Supremo Tribunal da Justiça, Ministro Humberto Gomes de Barros, em ratear o ICMS a todos os municípios que tiveram as suas áreas alagadas; porque não é concebível que o Município de Foz do Iguaçu tenha uma receita de 3 pontos acima do município que mais arrecada ICMS em nosso Estado que é o caso de Curitiba.

Acreditamos que esta é, acima de tudo, a vitória da Justiça. Acima de tudo faz-se justiça em nosso Brasil.

E podemos dizer ainda aos Senhores Deputados, Senhora Deputada Emilia, Senhor Presidente, que todas as autoridades de Foz do Iguaçu, reunidas com os melhores tributaristas do Brasil, ex-Ministros do Supremo, estão tentando já no dia de hoje suspender esta liminar.

E digo diante desta liminar e diante da Justiça, egoísmo tem limite! Cem por cento de ICMS para Foz do Iguaçu não é concebível!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário do PP, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Nós queremos registrar nos Anais desta Casa, que lamentamos profundamente e com pesar, o falecimento do Dr. Horácio Coimbra, ocorrido ontem em Paris, e nós entendemos que não poderia passar em branco por este Poder Legislativo, de registrar, na figura do Dr. Horácio Coimbra, homem que participou ativamente aqui no nosso Estado, sediado na Cidade de Londrina, um dos homens que acreditou no desenvolvimento do nosso Estado e construiu uma das maiores indústrias de café solúvel na Cidade de Londrina, gerando empregos, colocando o nosso Estado a nível nacional na exportação do nosso produto e que valorizou, inclusive, na época, o nosso tipo de café baixo que é utilizado para torrefação e

nós queremos ressaltar que esse empresário que tanto se dedicou e confiou em nosso Estado, sem dúvida nenhuma, merece respeito dessa Casa.

Sabemos que deixará uma lacuna muito grande, mas sabemos também, da importância do Dr. Horácio Coimbra para Londrina e também para o nosso Estado. Nós lamentamos profundamente. Homem que elevou o preço do café na década de 60 quando nós tínhamos dificuldade na exportação do nosso produto, mas havia o consumo interno e com isso, possibilitou várias negociações no nosso Estado, trazendo divisas e gerando ICMS para o nosso Estado.

Deixamos registrado com pesar, esta perda irreparável da pessoa do Dr. Horácio Coimbra.

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Concedo.

O Sr. Colombino Grassano - Senhor Deputado, nós queremos nos manifestar solidários com o voto de pesar de Vossa Excelência, porque acompanhamos a vida do empresário Horácio Coimbra, ao instalar a Companhia Cacique de Café Solúvel na Cidade de Londrina, sendo, portanto, um pioneiro deste setor no Estado do Paraná.

Cidadão Honorário do Paraná, o Senhor Horácio Coimbra prestou grandes serviços ao nosso Estado, tendo chegado à Presidência do IBC, cargo que honrou e dignificou e que deu diretrizes firmes e conduziu com muita habilidade aquele órgão ao Governo Federal, responsável pela política cafeeira do nosso País. Associamo-nos à manifestação de pesar de Vossa Excelência por reconhecer a grande perda que sofreu não só o Paraná, mas também o nosso País, com o falecimento do Dr. Horácio Coimbra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Agradecemos o aparte de Vossa Excelência porque enriquece nesse momento, mais o currículo apresentado por Vossa Excelência, dessa grande figura que o Paraná perde.

Concedo aparte à Deputada Emilia Belinati.

A Sra. Emilia Belinati - Queremos nos somar ao seu pronunciamento, ao voto de pesar pelo falecimento desse empresário que soube engrandecer, em nome de Londrina, a cafeicultura do Estado do Paraná. Foi durante muitos anos, Diretor da Companhia Cacique de Café Solúvel. Nós queremos então, somar-nos ao seu pronunciamento de voto de pesar à família do Dr. Horácio Coimbra.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Agradecemos à ilustre Deputada e colocamos aos Senhores Deputados, reafirmando que lamentavelmente foi uma perda muito grande que o Paraná teve.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário do Expediente, passaremos à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na presente Sessão Plenária, em função de compromissos no Município de Ponta Grossa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/93, de autoria do Deputado Severino Félix, que altera Memorial Descritivo constante do Art. 1º, da Lei nº 9.243/90, que criou o Município de Santa Lúcia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 625/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 070/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00, ao vigente orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 144, de 19.10.93)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 612/93

##### P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 612/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, através do eminente Procurador Geral, doutor Luiz Carlos Delazari, propõe reajuste nos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Procedida análise da proposta, sob os aspectos constitucional, legal e regimental, nada encontramos que possa impedir a apreciação das mesmas pelo douto Plenário.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 612/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, propõe reajuste nos vencimentos dos cargos efetivos, com comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Assim como a douta Comissão de Constituição e Justiça, ao proceder a análise deste projeto não apresentou nenhum óbice de ordem legal ou constitucional, no âmbito desta Comissão não encontramos impedimentos quanto a sua aprovação.

Somos, portanto, de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
JOÃO PREIS - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 620/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Mauá da Serra - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 146, de 21.10.93.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 620/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Edson Silva Lino, o Projeto de Lei n° 620/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Mauá da Serra - PR.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 628/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à

Curitiba, segunda, em 22.11.93

Infância, com sede e foro no Município de Querência do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 147, de 25.10.93)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 628/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, o Projeto de Lei n° 628/93, ora sendo analisado por este relator, declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro no Município de Querência do Norte, Estado do Paraná.

A análise proferida, demonstrou estar a referida entidade, em perfeita consonância com as exigências contidas na Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Por tal fato emito o parecer favorável, opinando ainda pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 636/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, mantenedora da Creche Dona Letícia, com sede e foro na Cidade de Nova Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 151, de 28.10.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 636/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei n° 636/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, mantenedora da Creche "Dona Letícia", com sede e foro na Cidade de Nova Londrina.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 637/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Integração à Vida, com sede e foro na Cidade da Lapa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 151, de 28.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 637/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei n° 637/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Integração à Vida, com sede e foro na Cidade da Lapa, Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, uma vez que atende às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 4585, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4486, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4487 e 4488, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4489, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4490 a 4504, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4505 a 4507, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4508 a 4510, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4511 a 4519, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4521, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4522, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento In-

terno.

Requerimento n° 4523, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4524, de autoria dos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato, Emilia Belinati, Luiz Carlos Alborghetti e Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4546, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4551, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento n° 4566, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4578, de autoria do Senhor Deputado José Artur Ritti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 612, 620, 628, 636 e 637/93.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 465, 570 e 590/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO OSWALDO TREVISAN EM SESSÃO DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 1993.

EXPULSÃO PARA OS LARÁPIOS, JÁ!

Nizan Pereira

O MDB que originou o PMDB não tinha anões, tinha gigantes. Dividia-se entre autênticos e moderados segundo o perfil ideológico de seus militantes, e não, como hoje, entre honestos e larápios. (Coluna do Castello, 14.11.93)

A Nação assiste entre atônita e aliviada o revirar das entranhas dos sistema político-empresarial que dominou o País nos últimos trinta anos. Atônita, por perceber o emaranhado de interesses escusos envolvendo Deputados, Senadores, empreiteiros, Ministros. Aliviada, por sentir que há um clima institucional que garante



o direito do cidadão comum de ser informado e de ter a esperança de que os envolvidos serão punidos.

Neste palco surgem personagens ora de aparência macunaímica, ora waltdisneyana, ora ibseniana. Lamentavelmente alguns atores, caracterizados como Cids ou Garibaldos pertencem aos quadros do PMDB.

Se a convivência saudável e até dialética entre autênticos e moderados no antigo MDB fortalecia o partido como instância de debates e de buscas de caminhos para o

País, o atual quadro, se não resolvido, levará o PMDB à desmoralização final. É necessário lancetar imediatamente este abscesso formado por estes traidores dos preceitos e ensinamentos de Ulisses Guimarães.

A expulsão imediata destes anões morais, é a única saída para que o PMDB reencontre seu caminho de verdadeiro partido voltado à justiça social em nossa pátria. Nizan Pereira é Secretário da Saúde do Paraná e Vice-Presidente do PMDB de Curitiba.